

ARTIGO



Gisele Alves, gerente executiva do Laboratório de Ciências para a Educação (eduLab21) do Instituto Ayrton Senna. Chairholder da Cátedra UNESCO de Educação e Desenvolvimento Humano na mesma instituição. Psicóloga, mestre em psicologia com ênfase em avaliação psicológica pelo Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco.

Meninas na ciência: por que equidade começa na escola

Diante de diversas barreiras de reconhecimento, ampliar experiências e referências para estudantes pode redefinir suas trajetórias e a própria inovação no país

Recentemente, uma notícia extremamente positiva chamou a atenção no Brasil e no mundo. Surgiu uma nova esperança para a regeneração da medula espinhal por meio de um tratamento que busca reconstruir vias de comunicação do corpo e tratar lesões no sistema nervoso, ajudando pessoas com prejuízos motores e sensoriais. O avanço está associado à apolilaminina, uma proteína desenvolvida no país pela pesquisadora Tatiana Sampaio, fruto de décadas de pesquisa que colocaram o Brasil em destaque na neurociência. Ainda assim, mesmo diante de evidências experimentais reconhecidas pela comunidade científica e avaliadas com cautela metodológica, o trabalho foi recebido com ceticismo que ultrapassa o rigor científico esperado, inclusive entre interlocutores nacionais.

Embora o pessimismo em relação à ciência brasileira atinja diferentes áreas e gêneros, estudos mostram que seus efeitos são desiguais. Mulheres apresentam produtividade comparável à dos homens em etapas equivalentes da carreira, mas recebem menos citações, menos convites para posições de prestígio, enfrentam avaliações mais rigorosas quando identificadas como autoras, têm menos acesso a financiamento e levam mais tempo para alcançar liderança. Esses dados indicam um ônus adicional de validação que se intensifica em contextos científicos fragilizados e materializa um padrão conhecido como efeito Sofia, caracterizado pela invisibilização de contribuições femininas.

A desigualdade de gênero na ciência não se limita à sub-representação numérica. Ela aparece na forma como o conhecimento produzido por mulheres é interpretado e legitimado e na percepção social sobre sua presença no campo. Avanços liderados por pesquisadoras tendem a ser enquadrados como promessas, enquanto

descobertas semelhantes protagonizadas por homens são rapidamente celebradas como inovação. Esse mecanismo invisível ajuda a explicar barreiras adicionais de reconhecimento, financiamento e autoridade simbólica enfrentadas por trajetórias femininas.

Para educadores, o debate é central porque suas raízes antecedem a universidade. Estudo com mais de 230 mil estudantes brasileiros conduzido pelo Instituto Ayrton Senna mostra que diferenças de interesse profissional entre meninos e meninas aparecem já no quinto ano e se intensificam ao longo da escolaridade. Trajetórias e aspirações começam a se formar cedo, quando

interesses científicos podem ser estimulados ou desencorajados por expectativas de gênero que delimitam espaços possíveis.

Ao oferecer experiências que valorizem curiosidade, experimentação e autoria intelectual de forma equivalente, a escola amplia trajetórias possíveis. Discutir casos concretos como o da apolilaminina contribui para formar estudantes capazes de reconhecer a ciência como campo diverso e atravessado por contextos sociais, compreendendo que incentivar preferências científicas é compromisso com equidade e desenvolvimento humano.

Promover esse debate significa reconhecer que a equidade de gênero na ciência

integra o projeto formativo da escola. A educação integral orientada pela BNCC convoca educadores a desenvolver competências cognitivas, socioemocionais e projetos de vida, permitindo que estudantes se reconheçam como produtores de conhecimento. Quando a escola amplia repertórios, valoriza autoria intelectual, problematiza estereótipos e apresenta referências femininas concretas, contribui para trajetórias mais diversas e justas. Formar meninas e meninos para a ciência não é apenas estimular experiências acadêmicas, mas reafirmar o compromisso da educação com o desenvolvimento humano, a democracia e o futuro do país.

